

AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL



Município de Toropi/RS
Concurso Público 001/2026

PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

 3 horas

 40 questões

 4 alternativas

 Saída permitida somente após
1 hora de prova

 O candidato só poderá
levar este Caderno após
2 horas de prova

INSTRUÇÕES



Confira se esse Caderno de Prova contém a quantidade de questões indicadas. A substituição deste Caderno de Prova ocorre apenas antes de iniciar a prova.

- ▮ O tempo de prova inclui o preenchimento do Cartão-Resposta.
- ▮ Nenhuma informação acerca do conteúdo das questões será fornecida pelo Fiscal de Sala, pois é parte integrante da prova.
- ▮ Antes de sair da Sala de Prova, entregue o Cartão-Resposta ao Fiscal de Sala, **devidamente assinado**, e, após, se desloque imediatamente para a saída do local de prova.
- ▮ Ao final da prova, os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na Sala de Prova até que o último termine a sua prova, devendo ambos testemunhar a devolução e o lacre dos documentos.
- ▮ A divulgação do gabarito preliminar se dará conforme Cronograma de Execução do certame.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AO INSTITUTO LEGALLE. PROIBIDO REPRODUÇÃO.

RASCUNHO PARA GABARITO

01		06		11		16		21		26		31		36	
02		07		12		17		22		27		32		37	
03		08		13		18		23		28		33		38	
04		09		14		19		24		29		34		39	
05		10		15		20		25		30		35		40	

Para responder às questões 01 a 10, leia o texto abaixo.

As mediações urbanas nas redes curtas de comercialização agroalimentar

As transformações recentes nas formas de produção, circulação e consumo de alimentos têm recolocado no centro do debate as relações entre agricultor e consumidor, cidade e campo, especialmente no que se refere às chamadas redes curtas de comercialização agroalimentar (RCCs). Na literatura nacional e em língua estrangeira, essas redes são frequentemente apresentadas como alternativas ao sistema agroalimentar hegemônico (circuitos agroalimentares longos), associadas à valorização da agricultura familiar, à agroecologia e à soberania alimentar, sobretudo por sua capacidade de reconectar produção e consumo e de gerar efeitos positivos no desenvolvimento rural. No entanto, tais abordagens tendem a enfatizar os impactos dessas iniciativas no meio rural, sem problematizar de forma mais aprofundada as mediações urbanas (especialmente as demandas, discursos e critérios de qualidade formulados por consumidores e instituições situadas nas cidades) que participam ativamente da constituição e da consolidação dessas redes.

Diversos estudos têm apontado que as RCCs não se estruturam apenas a partir da iniciativa dos agricultores, mas emergem de um contexto mais amplo de crise de confiança nos sistemas agroalimentares industrializados, especialmente nos grandes centros urbanos. Preocupações com saúde, qualidade dos alimentos, impactos ambientais e ética na produção impulsionam consumidores urbanos, movimentos sociais, organizações não governamentais e instituições acadêmicas a buscar formas alternativas de abastecimento, criando demandas específicas que passam a orientar/impor novas práticas produtivas no meio rural. Nesse sentido, o urbano deixa de ser apenas destino do alimento e passa a atuar como instância produtora de discursos, normas e expectativas que reconfiguram o campo.

A literatura internacional sobre as RCCs reconhece que essas iniciativas operam em espaços socialmente construídos, atravessados por relações de poder e por seletividades de acesso, que condicionam quem pode participar, consumir e se beneficiar desses circuitos. Ainda que promovam maior proximidade entre produtores e consumidores, tais redes tendem a se estruturar a partir de demandas urbanas específicas, atendendo prioritariamente segmentos das classes médias e reproduzindo desigualdades alimentares e territoriais. Nesse sentido, parte da literatura crítica alerta para o risco de uma moralização do consumo, na qual a construção de sistemas alimentares considerados mais justos e sustentáveis é deslocada para o plano das escolhas

individuais, sem o enfrentamento das estruturas sociais e econômicas que sustentam a exclusão alimentar das classes populares.

Fonte: ARCE MATOS, W. E.; DINIZ, R. F.; LOBATO, M. M. Sistemas agroalimentares na Amazônia: espaços-tempos híbridos e interconexões nas redes curtas de comercialização em Manaus. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 22, n. 2, 2026 (com adaptações).

Questão 01. Com base nas reflexões teóricas apresentadas no início do texto, qual assimetria analítica é identificada pelos autores na literatura científica predominante sobre as redes curtas de comercialização agroalimentar?

- (A) A desconsideração dos pressupostos da agroecologia e da soberania alimentar como vetores legítimos de transformação do modelo agroalimentar hegemônico.
- (B) A falta de análise aprofundada sobre o papel ativo das cidades, dos consumidores e das instituições urbanas na formação e consolidação dessas redes.
- (C) A insuficiência metodológica de dados empíricos que demonstrem a efetividade da reconexão socioespacial entre os atores do meio rural e do meio urbano.
- (D) A recusa epistemológica em reconhecer as redes curtas como circuitos alternativos capazes de romper com a lógica dos circuitos agrícolas longos.

Questão 02. No segundo parágrafo, afirma-se que **o urbano deixa de ser apenas destino do alimento e passa a atuar como instância produtora de discursos, normas e expectativas que reconfiguram o campo**. Essa afirmação sugere que:

- (A) O espaço urbano assume a gestão direta do processo produtivo rural por meio da imposição de protocolos industriais de certificação e rastreabilidade sanitária.
- (B) As demandas e preocupações dos consumidores urbanos exercem uma força direcionadora que molda as próprias práticas de produção no meio rural.
- (C) O protagonismo dos agricultores familiares tornou-se obsoleto diante do domínio das corporações e dos movimentos sociais sediados nas cidades.
- (D) A autonomia decisória dos sistemas agrícolas rurais foi suplantada pela supremacia regulatória e política do espaço metropolitano.

Questão 03. No que tange à estrutura das palavras e à identificação de seus elementos mórficos presentes no texto, assinale a alternativa em que a relação entre o morfema sublinhado e a sua respectiva classificação gramatical apresenta uma INCORREÇÃO.

- (A) alimento: radical.
- (B) reconectar: prefixo.
- (C) orientar: vogal temática.
- (D) ativamente: sufixo.

Questão 04. Ao criticar a **moralização do consumo**, a literatura citada no texto fundamenta-se no pressuposto de que a justiça alimentar e a sustentabilidade:

- (A) São questões de ordem socioeconômica e política cuja resolução exige transformações sistêmicas que extrapolam a capacidade de ação do ato individual de compra.
- (B) Dependem do fortalecimento de um código de conduta moral rigoroso para orientar o comportamento das empresas agroindustriais de grande porte.
- (C) Constituem dilemas de foro íntimo que devem ser solucionados por meio do engajamento voluntário da classe média nos mercados locais.
- (D) Resultam da substituição gradual do papel regulador do Estado pela livre iniciativa de consumidores dotados de alto poder aquisitivo.

Questão 05. No trecho do último parágrafo **Ainda que promovam maior proximidade entre produtores e consumidores, tais redes tendem a se estruturar a partir de demandas urbanas específicas...**, o conectivo sublinhado estabelece uma relação de sentido de:

- (A) Causa, indicando que o aumento da proximidade socioespacial é a razão pela qual as redes curtas passam a atender às exigências dos centros urbanos.
- (B) Conformidade, assinalando que a reestruturação das redes de comercialização ocorre em estrito alinhamento com a aproximação física entre o campo e a cidade.
- (C) Concessão, assinalando uma quebra de expectativa entre o benefício de aproximação dos sujeitos e o viés restritivo das demandas que estruturam essas redes.
- (D) Condição, determinando que a proximidade entre produtores e consumidores é o requisito indispensável para que ocorra a estruturação com base em demandas urbanas.

Questão 06. A respeito das dinâmicas que envolvem a formação das redes alternativas de abastecimento e as mediações entre o campo e a cidade abordadas no texto, analise as assertivas que seguem:

- I. A consolidação das RCCs passa pela atuação conjunta de múltiplos atores urbanos, tais como universidades, movimentos sociais e organizações não governamentais.
- II. O texto alerta para o risco de as redes curtas reproduzirem desigualdades alimentares e territoriais.
- III. A emergência das redes curtas de abastecimento está associada a uma crise de confiança nos modelos industrializados e hegemônicos de produção agroalimentar.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.

Questão 07. Com base na análise das ideias, dos argumentos e do alcance social das redes curtas de comercialização agroalimentar apresentados no texto, analise as partes que seguem:

(1ª parte): O texto sugere que as exigências do público urbano por alimentos de qualidade foram provocadas pelo aumento de renda generalizado das classes populares.

(2ª parte): O texto identifica a busca por saúde e ética como fatores impulsionadores de novas demandas de abastecimento nos grandes centros urbanos.

(3ª parte): Conclui-se do texto que as classes populares urbanas são as principais beneficiárias das Redes Curtas de Comercialização Agroalimentar.

Pode-se afirmar que:

- (A) Apenas a 2ª parte está correta.
- (B) Apenas a 1ª e a 2ª partes estão corretas.
- (C) Apenas a 2ª e a 3ª partes estão corretas.
- (D) Todas as partes estão corretas.

Questão 08. Considere o seguinte período retirado do segundo parágrafo do texto: **Diversos estudos têm apontado que as RCCs não se estruturam apenas a partir da iniciativa dos agricultores.** Diante disso, a oração sublinhada classifica-se sintaticamente como:

- (A) Oração subordinada adjetiva explicativa, pois introduz uma informação complementar sobre os **estudos**.
- (B) Oração subordinada substantiva objetiva direta, pois atua como complemento verbal da locução **têm apontado**, funcionando como seu objeto direto.
- (C) Oração subordinada adverbial causal, pois apresenta o motivo pelo qual os estudos foram realizados.
- (D) Oração subordinada substantiva completiva nominal, pois completa o sentido do substantivo abstrato **estudos** e está acompanhada da preposição **as**.

Questão 09. Analise o emprego dos sinais de pontuação no seguinte excerto do texto: **Preocupações com saúde, qualidade dos alimentos, impactos ambientais e ética na produção impulsionam consumidores urbanos...** Sob a perspectiva da norma-padrão e das regras de pontuação sintática, assinale a alternativa que justifica CORRETAMENTE a presença das vírgulas nesse trecho.

- (A) Delimitam um adjunto adverbial de causa de longa extensão intercalado entre o sujeito e o predicado.
- (B) Isolam um vocativo de caráter explicativo organizado em série, cujo intuito é interpelar o leitor a respeito dos condicionantes da produção.
- (C) Separam elementos de mesma função sintática colocados em uma enumeração.
- (D) Trata-se de um emprego facultativo reservado ao estilo do autor para marcar uma pausa prosódica antes do verbo principal.

Questão 10. Na oração **A literatura internacional sobre as RCCs reconhece que essas iniciativas operam em espaços socialmente construídos**, o vocábulo **sobre** atua como preposição. Diante disso, em qual das frases abaixo retiradas do texto o vocábulo sublinhado pertence à mesma classe gramatical da palavra **sobre**?

- (A) o urbano deixa de ser apenas destino do alimento e passa a atuar como instância produtora de discursos...
- (B) têm recolocado no centro do debate as relações entre agricultor e consumidor, cidade e campo...
- (C) mas emergem de um contexto mais amplo de crise de confiança nos sistemas agroalimentares...
- (D) essas redes são frequentemente apresentadas como alternativas ao sistema agroalimentar...

LEGISLAÇÃO

Questão 11. Analise o texto que segue, de acordo com a Lei Orgânica:

O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, incluindo o montante discriminado de cada um dos tributos arrecadados.

Acerca do texto, pode-se afirmar que ele está:

- (A) Plenamente adequado, visto que observa a legislação municipal vigente.
- (B) Parcialmente adequado, visto que a publicação deve se dar até quinze dias após o encerramento de cada bimestre.
- (C) Parcialmente adequado, visto que o relatório da execução orçamentária não deve ser resumido.
- (D) Plenamente inadequado, visto que em nada observa a legislação municipal vigente.

Questão 12. Os Poderes Executivo e Legislativo devem manter, de forma integrada, um sistema de controle interno, apoiado nas informações contábeis, com o objetivo de, por exemplo, conforme a Lei Orgânica:

- I. Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas do Governo Municipal.
- II. Exercer o controle dos empréstimos e dos financiamentos, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município.

Acerca das assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas I está correta.
- (B) I e II estão corretas.
- (C) Apenas I está incorreta.
- (D) I e II estão incorretas.

Questão 13. Analise as partes que seguem acerca de detalhes relacionados ao Prefeito Municipal, conforme a Lei Orgânica: O Prefeito terá direito a trinta dias de férias anuais, em cujo início deverá transmitir o cargo ao seu substituto e comunicar à Câmara Municipal (**1ª parte**); nos casos de ausência em missão oficial, o Prefeito licenciado não fará jus a sua remuneração integral (**2ª parte**).

Acerca das partes, pode-se afirmar que:

- (A) Assim como a 1ª parte está correta, pode-se afirmar que a 2ª parte também está.
- (B) Enquanto a 1ª parte está correta, sabe-se que a 2ª parte não está.
- (C) Assim como a 1ª parte está incorreta, pode-se afirmar que a 2ª parte também está.
- (D) Enquanto a 1ª parte está incorreta, sabe-se que a 2ª parte não está.

Questão 14. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Lei Orgânica. A iniciativa popular será exercida pela apresentação, à Câmara Municipal, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento dos eleitores inscritos no Município, ou por quantas entidades legalmente constituídas, contendo assunto de interesse especificamente municipal?

- (A) Cinco.
- (B) Três.
- (C) Sete.
- (D) Dez.

Questão 15. Um dos Poderes existentes no Município é chamado de Poder Legislativo. Os Vereadores fazem parte desse Poder. A partir disso, e de acordo com o que está previsto na Lei Orgânica, analise as alternativas que seguem e assinale a que apresenta informação considerada INCORRETA.

- (A) É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas aos Vereadores ou a percepção, por estes, de vantagens indevidas.
- (B) É vedado ao Vereador, desde a posse, ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
- (C) Os Vereadores gozam de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.
- (D) Perderá o mandato o Vereador que deixar de tomar posse, independentemente de motivo, dentro do prazo estabelecido nesta Lei Orgânica.

Questão 16. Com base na afirmação de que o servidor receberá durante as férias a remuneração integral, acrescida de um terço, conforme Regime Jurídico dos Servidores Públicos, analise as assertivas abaixo:

- I. O pagamento do terço constitucional e do adiantamento da remuneração das férias, deve ser feito dentro dos cinco dias anteriores ao início do gozo.
- II. O terço constitucional deve incidir sobre a remuneração equivalente aos trinta dias de férias, salvo na hipótese de abono pecuniário.

Acerca das assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas I está correta.
- (B) I e II estão corretas.
- (C) Apenas I está incorreta.
- (D) I e II estão incorretas.

Questão 17. A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor estável licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até dois anos consecutivos, sem remuneração. A partir disso, conforme o Regime Jurídico dos Servidores Públicos, analise as alternativas que seguem e assinale a que apresenta informação considerada INCORRETA.

- (A) O servidor poderá, a qualquer tempo, reassumir o exercício do cargo, mediante comunicação escrita.
- (B) É permitido conceder licença durante o período do estágio probatório.
- (C) Não se concederá a licença a servidor nomeado ou removido, antes de completar um ano de exercício no novo cargo ou repartição.
- (D) O servidor deverá aguardar em exercício a concessão da licença, considerando-se como faltas não justificadas os dias de ausência do serviço, caso a licença seja negada.

Questão 18. Acerca das bolsas de estudo previstas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos: O servidor beneficiado com Bolsa de Estudo, se pedir exoneração nos dois anos subsequentes ao seu término, fica obrigado a indenizar o Município das importâncias despendidas com transporte (**1ª parte**), vestimentas, lazer, diárias e custo de estágio ou curso (**2ª parte**).

Acerca das partes, pode-se afirmar que:

- (A) Assim como a 1ª parte está correta, tem-se que a 2ª parte também está.
- (B) Assim como a 1ª parte está incorreta, tem-se que a 2ª parte também está.
- (C) Enquanto a 1ª parte está correta, sabe-se que a 2ª parte não está.
- (D) Enquanto a 1ª parte está incorreta, sabe-se que a 2ª parte não está.

Questão 19. O Regime Jurídico dos Servidores Públicos traz que será licenciado com remuneração integral o servidor acidentado em serviço. Além disso, será de responsabilidade do Município o pagamento dos primeiros _____ dias após o acidente, ficando a cargo do Fundo de Previdência o pagamento a partir do _____ dia.

Preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas:

- (A) quinze; décimo sexto.
- (B) dez; décimo primeiro.
- (C) vinte; vigésimo primeiro.
- (D) cinco; sexto.

Questão 20. Referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral, é considerada uma proibição aos servidores, assim como o previsto em quantos dos seguintes itens, de acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos? **I.** Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; **II.** Cometer a outro servidor atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitória ou compatíveis com sua capacidade; **III.** Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 2 deles.
- (D) Todos os 3.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21. Considere que, em determinado Município, um proprietário mantém 20.000 m² de terreno urbano não edificado, localizado em área abrangida pelo plano diretor. Após a edição de uma lei municipal específica, o Poder Público notificou o proprietário para que promovesse o adequado aproveitamento do imóvel. Diante da ausência de providências, o Município pretende aplicar os instrumentos previstos na Constituição Federal. De acordo com a situação apresentada, a sequência constitucionalmente estabelecida para a atuação do Poder Público Municipal é:

- (A) Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) progressivo no tempo; parcelamento ou edificação compulsórios; desapropriação em dinheiro.
- (B) Parcelamento ou edificação compulsórios; IPTU progressivo no tempo; desapropriação mediante títulos da dívida pública.
- (C) Desapropriação mediante títulos da dívida pública; IPTU progressivo; parcelamento ou edificação compulsórios.
- (D) Parcelamento ou edificação compulsórios; desapropriação em dinheiro; IPTU progressivo no tempo.

Questão 22. De acordo com o Código Tributário do Município de Toropi (RS), a intimação de infração será feita pelo Agente do Fisco por meio de:

- (A) Intimação administrativa, lançamento tributário ou inscrição em dívida ativa.
- (B) Notificação fiscal, termo de fiscalização ou certidão de dívida ativa.
- (C) Aviso de lançamento, notificação administrativa ou termo de inscrição de dívida tributária.
- (D) Intimação preliminar, auto de infração ou intimação do auto de infração.

Questão 23. Uma determinada Prefeitura Municipal adquiriu um ativo imobilizado pelo custo de R\$ 200.000,00. A vida útil do bem foi estimada em dez anos, sem valor residual, e a depreciação foi calculada pelo método linear. Após o reconhecimento da depreciação referente ao quinto ano, a entidade pública reavaliou o ativo, elevando seu valor contábil para R\$ 160.000,00. Na mesma ocasião, a vida útil remanescente foi reestimada em cinco anos. Considerando que NÃO havia redução decorrente de reavaliação anteriormente reconhecida no resultado, o acréscimo gerado pela reavaliação foi de:

- (A) R\$ 90.000,00.
- (B) R\$ 80.000,00.
- (C) R\$ 60.000,00.
- (D) R\$ 40.000,00.

Questão 24. A Constituição Federal de 1988 estabelece limitações ao exercício da competência tributária pelos entes federativos, com o objetivo de preservar o equilíbrio do pacto federativo. Nesse contexto, a vedação à instituição de impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, reciprocamente, caracteriza hipótese de:

- (A) Imunidade tributária.
- (B) Anistia tributária.
- (C) Isenção tributária.
- (D) Extinção tributária.

Questão 25. Considere que, durante a execução do orçamento anual de 2025, o ordenador de despesas de determinado Município autorizou R\$ 10 milhões em gastos, embora dispusesse de apenas R\$ 8 milhões em créditos orçamentários, além de promover o remanejamento de R\$ 2 milhões entre órgãos sem prévia autorização legislativa. Considerando os princípios orçamentários, a situação descrita caracteriza violação ao princípio da:

- (A) Limitação.
- (B) Programação.
- (C) Universalidade.
- (D) Exclusividade.

Questão 26. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, algumas situações impedem a pessoa jurídica de usufruir do tratamento jurídico diferenciado e favorecido previsto na referida Lei Complementar. Considerando as hipóteses previstas nessa legislação, analise as situações a seguir:

- I. Pessoa jurídica que tenha filial, sucursal, agência ou representação no exterior.
- II. Pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade por ações.
- III. Pessoa jurídica constituída sob a forma de cooperativa, inclusive cooperativa de consumo.

Considerando os casos acima, assinale a alternativa que apresenta apenas as situações que constituem impedimento ao enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.

Questão 27. Durante a análise de um processo administrativo, a Prefeitura Municipal emitiu uma certidão de tempo de serviço a pedido de um servidor, limitando-se a declarar informações já constantes dos registros funcionais. O documento não criou, modificou ou extinguiu direitos, tampouco produziu, por si só, efeitos jurídicos imediatos. Considerando a classificação dos atos administrativos quanto aos seus efeitos, a certidão emitida pela Administração caracteriza-se como:

- (A) Ato administrativo normativo.
- (B) Ato administrativo ordinatório.
- (C) Ato administrativo negocial.
- (D) Ato administrativo enunciativo.

Questão 28. Uma organização da sociedade civil apresentou à Prefeitura Municipal uma proposta de parceria para a execução de projeto de interesse público e recíproco, destinado à capacitação profissional de jovens em situação de vulnerabilidade social. A proposta foi apresentada pela própria organização, que também elaborou o plano de trabalho. Para a execução do projeto, a Prefeitura pretende transferir R\$ 650 mil à organização da sociedade civil. Considerando a Lei nº 13.019/2014, a parceria deverá ser formalizada por meio de:

- (A) Termo de colaboração.
- (B) Termo de fomento.
- (C) Acordo de cooperação.
- (D) Convênio administrativo.

Questão 29. Ao final de determinado quadrimestre, verificou-se que a dívida consolidada de um Município ultrapassou o limite aplicável. Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, o excedente deverá ser eliminado até o término dos três quadrimestres subsequentes, com redução mínima de 25% no primeiro deles. Nessa situação, enquanto a dívida permanecer acima do limite, o Município:

- (A) Não poderá realizar operações de crédito internas ou externas, inclusive por antecipação de receita, ressalvado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.
- (B) Poderá contratar operações de crédito destinadas ao refinanciamento dos juros e encargos da dívida consolidada, bem como ao pagamento de despesas com pessoal e do serviço da dívida.
- (C) Ficará impedido de receber transferências voluntárias desde o primeiro quadrimestre de permanência do excesso, independentemente do prazo concedido para recondução.
- (D) Não poderá realizar operações de crédito internas ou externas, ressalvadas as realizadas por antecipação de receita e as destinadas ao refinanciamento da dívida consolidada.

Questão 30. Durante procedimento de regularização fiscal, a autoridade tributária municipal identificou que determinado contribuinte não havia efetuado, no prazo estabelecido, o recolhimento de um imposto no valor de R\$ 20.000,00, com vencimento em 1º de março de 2026. Considerando que a legislação tributária do Município não estabelece taxa específica para os juros de mora, e que o contribuinte realizou o pagamento somente em 1º de junho de 2026, três meses após o vencimento, assinale, com fundamento no Código Tributário Nacional (CTN), a alternativa que apresenta CORRETAMENTE o valor total a ser recolhido, correspondente ao imposto acrescido dos respectivos juros de mora.

- (A) R\$ 20.200,00.
- (B) R\$ 20.400,00.
- (C) R\$ 20.600,00.
- (D) R\$ 20.800,00.

Questão 31. De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) – 15ª edição, e considerando as especificidades do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) deve ser elaborado e publicado até 30 dias após o encerramento de cada bimestre. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta um dos demonstrativos que integram o RREO do CGIBS.

- (A) Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.
- (B) Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal.
- (C) Demonstrativo da Despesa Bruta com Pessoal.
- (D) Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão.

Questão 32. As auditorias do setor público podem ser classificadas em auditoria operacional, auditoria de conformidade e auditoria financeira, cada qual com objetivos específicos. Considerando isso, assinale a alternativa que relaciona CORRETAMENTE o tipo de auditoria ao seu respectivo objetivo.

- (A) A auditoria operacional tem por objetivo verificar se o gestor atuou de acordo com as normas aplicáveis.
- (B) A auditoria de conformidade tem por objetivo avaliar o desempenho da gestão pública quanto à economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.
- (C) A auditoria financeira tem por objetivo aumentar o grau de confiança nas demonstrações financeiras por parte dos usuários previstos.
- (D) A auditoria operacional tem por objetivo expressar opinião sobre a existência de distorções relevantes nas informações financeiras decorrentes de fraude ou erro.

Questão 33. No âmbito da contabilidade das sociedades comerciais, considerando a classificação, os saldos, a função e o funcionamento das contas, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Empréstimos representam uma dívida da empresa, por isso é uma conta de saldo devedor.
- (B) Contas a Receber têm saldo devedor porque representa uma origem de recursos para a empresa.
- (C) Depreciação Acumulada é uma conta que retifica o valor de um ativo imobilizado e, por isso, é uma conta de saldo devedor.
- (D) Contas a Pagar têm saldo credor porque representa capital de terceiros da empresa, ou seja, origem de recursos.

Questão 34. Considere, hipoteticamente, que um Auditor Fiscal foi acusado de ter facilitado o não pagamento de tributos por um contribuinte, agindo com negligência na conferência de documentos fiscais. De acordo com a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), o ato:

- (A) Configura improbidade administrativa por lesão ao erário, independentemente da existência de dolo.
- (B) Não configura ato de improbidade administrativa, pois a negligência, por si só, não caracteriza improbidade, sendo necessária conduta dolosa.
- (C) Configura enriquecimento ilícito do terceiro beneficiado e gera responsabilidade objetiva do agente fiscal pelo ressarcimento do dano.
- (D) Sujeita o agente à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos por até 12 anos, caso comprovado o prejuízo ao erário.

Questão 35. Durante o exercício de 2025, um ente federativo arrecadou R\$ 1,5 milhão com a alienação de bens públicos, R\$ 800 mil com a amortização de empréstimos concedidos e R\$ 3 milhões com operações de crédito. No mesmo período, registrou R\$ 600 mil provenientes de receitas patrimoniais. Com base nas informações apresentadas e na classificação das receitas orçamentárias, é CORRETO afirmar que o valor total das receitas de capital foi de:

- (A) R\$ 4,5 milhões.
- (B) R\$ 5,1 milhões.
- (C) R\$ 5,3 milhões.
- (D) R\$ 5,9 milhões.

Questão 36. No encerramento de 2025, uma Prefeitura Municipal apurou R\$ 4,8 milhões em dívida decorrente de operação de crédito de longo prazo e R\$ 1,2 milhão em obrigações que dependem de autorização legislativa para amortização ou resgate. Conforme a Lei nº 4.320/1964, essas obrigações devem ser classificadas como:

- (A) Passivo Financeiro, por representarem obrigações exigíveis pela Prefeitura.
- (B) Passivo Permanente, por compreender dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
- (C) Passivo Circulante, por integrarem o conjunto das dívidas municipais.
- (D) Passivo Não Circulante, exclusivamente por apresentarem prazo de vencimento superior a doze meses.

Questão 37. Considere as seguintes situações relacionadas à atuação da Unidade Central de Controle Interno do Município de Toropi (RS):

- I. Verificar os limites e as condições para a realização de operações de crédito e a inscrição em restos a pagar.
- II. Comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e autorizar sua execução orçamentária.
- III. Apreciar e assinar o Relatório de Gestão Fiscal.

Diante dos casos acima, assinale a alternativa que apresenta apenas atribuições da Unidade Central de Controle Interno do Município de Toropi (RS).

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.

Questão 38. Uma Prefeitura Municipal ajuizou execução fiscal para cobrar judicialmente de uma empresa uma dívida ativa no valor de R\$ 200 mil, devidamente inscrita e certificada. Após a distribuição da ação, a empresa informou que se encontrava em processo de falência e requereu que o processo fosse transferido para o juízo falimentar. Considerando a Lei Federal nº 6.830/1980, de Execução Fiscal, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O processo deverá ser transferido ao juízo da falência, competente para julgar as demandas patrimoniais e financeiras da empresa falida.
- (B) A execução fiscal deverá ser suspensa até o encerramento do processo de falência.
- (C) A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a do juízo da falência.
- (D) A execução fiscal somente poderá prosseguir após autorização do juízo da falência.

Questão 39. Durante a execução do orçamento de 2025, determinada Prefeitura Municipal realizou, em 05/12/2025, um empenho por estimativa no valor de R\$ 180.000,00 para custear despesas com energia elétrica, cujo valor exato não poderia ser determinado previamente. Ao final do exercício, verificou-se que as despesas efetivamente realizadas totalizaram R\$ 200.000,00. Considerando que o valor excedente de R\$ 20.000,00 NÃO foi empenhado no exercício de 2025 e que a obrigação foi reconhecida somente após o encerramento do exercício, esse valor deverá ser classificado, em 2026, como:

- (A) Restos a pagar processado.
- (B) Restos a pagar com prescrição interrompida.
- (C) Despesa extraorçamentária.
- (D) Despesa de exercícios anteriores.

Questão 40. Durante a competência do exercício financeiro de 2025, uma determinada organização adquiriu, à vista, por R\$ 110.000,00, um veículo destinado às suas atividades operacionais. O pagamento foi realizado integralmente no momento da aquisição. Considerando os efeitos patrimoniais da operação, a aquisição do veículo, com pagamento à vista, caracteriza-se como fato contábil:

- (A) Permutativo.
- (B) Modificativo diminutivo.
- (C) Modificativo aumentativo.
- (D) Misto aumentativo.